

Relevância da Súmula de Jurisprudência Predominante

Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca Passos
Desembargador do TJ/RJ

Matéria publicada no periódico **O Globo**, de 09/09/07, às fls. 34, de autoria da jornalista Nadja Sampaio, vem assim intitulada: "Rio tem Justiça mais rápida do país".

O título não constitui mero achismo. A reportagem, além de abalizadas opiniões externadas, está instruída com dados estatísticos, antes de mais nada, extremamente seguros. Afinal, vetusta a asserção de que números não mentem.

Permito-me limitar a discussão às conquistas obtidas no 2º grau de jurisdição. Segundo as informações, o tempo médio de julgamento de recursos decresceu em 52 dias, de 2003 para 2006, referência aqui feita apenas a administrações concluídas. De fato, de 2003 para 2006, o prazo fora reduzido de 158 dias para 106, malgrado distribuídos 76.821 feitos no Tribunal em 2003, ao passo que em 2006 a distribuição ascendeu para 129.070 processos.

Dentre os fatores que o legislador considerou como influentes na aceleração do trâmite processual encontra-se a Súmula Vinculante, de acordo com a Emenda Constitucional nº 45, e outras manifestações padronizadoras do pensamento.

O Professor José Carlos Barbosa Moreira, em interessante ensaio sobre a Súmula, faz pertinente observação à falta de elementos que pudessem fornecer subsídios para o reconhecimento da efetiva utilidade daquela na abreviação do tempo de julgamento e mesmo na diminuição do número de processos, *verbis*:

"É pena que não se haja tomado a iniciativa de colher dados e elaborar estatísticas à cuja luz se pudesse medir objetivamente o impacto produzido pela instituição da Súmula na quantidade de processos e na respectiva duração: como sói acontecer entre nós, e sem embargo do juízo favorável que predominou nos meios judiciais, ficamos imersos na penumbra do impressionismo" (Temas de Direito Processual, Nona Série, Saraiva, p. 301).

Pois bem, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a situação é de clareza solar, cuja nitidez chega a ofuscar, não se aplicando as críticas justamente formuladas por nosso maior processualista. Com efeito, os resultados da pesquisa integram o site do Tribunal e, mensalmente, sua produtividade é divulgada naquele, de forma discriminada, em demonstração de absoluta transparência do Judiciário Estadual Fluminense quanto aos seus resultados, em busca de verdades científicas e aprimoramento de seu mister.

Qual é a "mágica" empreendida para a obtenção desse gratificante e significativo efeito, dado que a distribuição na 2ª instância aumentou em aproximadamente 70%, e eis que o prazo médio de julgamento fora reduzido em quase dois meses?

Seguindo inclinação profilática do fato do tempo que produz injustiça, a resposta é tão precisa como as verdades matemáticas demonstradas: diversos encontros de desembargadores, com vistas à uniformização de entendimentos, foram realizados desde a gestão Desembargador Marcus Faver, e especialmente incrementados na administração Desembargador Sergio Cavalieri, os quais resultaram na edição de verbetes, que culminaram por integrar a Súmula de Jurisprudência Predominante do Tribunal, o que permitiu a prolação, pelo relator, de decisões monocráticas simplificadas e rápidas, na forma do art. 557 do CPC.

A percepção filosófica desses dois grandes gestores, de que as proposições morais e matemáticas antes se completam do que se distanciam, segundo a concepção de John Locke, valida a tese de que a promoção desses conclaves deve tornar-se rotina institucional obrigatória.

Dessarte, ao menos, pode conjecturar-se sobre a tendência - afinal, os juízos de certeza são escassos - de que a *Súmula* influi positivamente no tempo de duração dos recursos.

Outra conclusão, até natural, poderia ser extraída do aumento do número de impugnações recursais, que, igualmente, teria sido fomentado pela *Súmula*.

Isso, no entanto, configura equívoco de abordagem. Não se objetiva também asseverar que diminua o número de recursos, mas, indubitavelmente, não foi ela que provocou o acréscimo. Este decorreu da maior produtividade no 1º grau de jurisdição, com a prolação de mais sentenças, o que, inevitavelmente, produziu maior quantidade de recursos.

Recorra-se novamente à lógica lockiana: conforme a mesma reportagem, em 2003 foram julgados 588.537 processos e, em 2006, 1.059.936 feitos. Ora, se foi proferido número substancialmente superior de sentenças e, dado o inconformismo natural do ser humano com as circunstâncias que lhe são desfavoráveis, outra verdade lógica não poderia ocorrer, senão o incremento de recursos.

Sem o escopo de realizar o raciocínio indutivo, de que a *Súmula* reduz o número de processos ou de recursos, visto como, por ora, seria precipitado e inconsistente afirmá-lo; outra observação, contudo, pode ser feita: o acréscimo de sentenças de 2006 em relação a 2003 foi da ordem de 80%, e o de recursos, aproximadamente, de 70%; o acréscimo de recursos, portanto, foi inferior ao de sentenças.

A conclusão geral, inarredavelmente obtida, foi a expressiva redução do tempo de duração dos recursos após a realização de encontros, visando uniformização de entendimentos.

A vida moderna se tem mostrado extremamente veloz em mudanças, especialmente na área tecnológica. As transformações jurídicas, conquanto não passem na mesma velocidade, ocorrem muito mais rapidamente que no passado, a exigir atualização permanente da jurisprudência predominante, de forma catalogada, com a edição de tantos verbetes possíveis quantas forem as teses em divergência, guardado o devido tempo de maturação do pensamento, preservada a independência do magistrado, a fim de que o ritmo

imprimido nos julgamentos seja mantido, oxalá aumentado, sem, todavia, prejudicar sua qualidade.

Resta, então, dar o passo decisivo, como pensamento inovador, mas sem a pretensão cabotina de partir do zero: estabelecer a cultura do propósito de uniformizar entendimentos que aproximem, através da realização de congressos, de acordo com a necessidade, porventura até com previsão regimental de sua periodicidade mínima, de modo a abreviar a duração do tempo de julgamento dos recursos, proporcionar segurança aos jurisdicionados de que determinados temas jurídicos são resolvidos em certo sentido e diminuir a sobrecarga no 2º grau de jurisdição.

Eis aí a próxima missão da Justiça Fluminense, a ser conduzida por um pacificador de idéias e vontades. 